

# *Imigração brasileira na Europa*

*Memória, herança, transformação*

Organização: Katia de Abreu Chulata



## IL SEGNO E LE LETTERE

---

*Collana del Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Moderne  
dell'Università degli Studi 'G. d'Annunzio'*

### DIREZIONE

Mariaconcetta Costantini

### COMITATO SCIENTIFICO

*Università 'G. d'Annunzio' di Chieti-Pescara*

Brigitte Battel - Claudia Casadio - Mariaconcetta Costantini

Mariapia D'Angelo - Persida Lazarević - Maria Rita Leto

Lorella Martinelli - Carlo Martinez - Ugo Perolino

Marcial Rubio Árquez - Anita Trivelli

### *Atenei esteri*

Antonio Azaustre (*Universidad de Santiago de Compostela*)

Claudia Capancioni (*Bishop Grosseteste University, Lincoln*)

Dominique Maingueneau (*Université Sorbonne*)

Snežana Milinković (*University of Belgrade*)

### COMITATO EDITORIALE

Mariaconcetta Costantini - Barbara Delli Castelli

Elvira Diana - Luca Stirpe

---

I volumi pubblicati nella Collana sono stati sottoposti a doppio referaggio anonimo.

ISSN 2283-7140  
ISBN 978-88-7916-970-7

Copyright © 2021

*LED* Edizioni Universitarie di Lettere Economia Diritto

Via Cervignano 4 - 20137 Milano

www.lededizioni.com - www.ledonline.it - E-mail: led@lededizioni.com

I diritti di riproduzione, memorizzazione e archiviazione elettronica, pubblicazione con qualsiasi mezzo analogico o digitale (comprese le copie fotostatiche, i supporti digitali e l'inserimento in banche dati) e i diritti di traduzione e di adattamento totale o parziale sono riservati per tutti i paesi.

---

Le fotocopie per uso personale del lettore possono essere effettuate nei limiti del 15% di ciascun volume/fascicolo di periodico dietro pagamento alla SIAE del compenso previsto dall'art. 68, commi 4 e 5, della legge 22 aprile 1941 n. 633.

Le riproduzioni effettuate per finalità di carattere professionale, economico o commerciale o comunque per uso diverso da quello personale possono essere effettuate a seguito di specifica autorizzazione rilasciata da: AIDRO, Corso di Porta Romana n. 108 - 20122 Milano  
E-mail segreteria@aidro.org <mailto:segreteria@aidro.org>  
sito web www.aidro.org <http://www.aidro.org/>

---

Volume pubblicato con il contributo  
dell'Università degli Studi 'G. d'Annunzio' di Chieti-Pescara  
Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Moderne

*In copertina*

Collage digitale dell'artista Agnese Purgatorio  
della serie *Perhaps You Can Write To Me*, 2009  
Courtesy Podbielski Contemporary

*Videospagnazione*: Paola Mignanego  
*Stampa*: Logo

# SUMÁRIO

In limine <i>Carlo Consani</i>	7
Da memória à transformação linguística. Heranças teóricas e linguísticas nos estudos sobre a imigração brasileira na Europa <i>Katia de Abreu Chulata</i>	11
Imigração Brasileira: empréstimos brasileiros ao português europeu. Memória, herança, transformação <i>Ana Bela Pereira Loureiro</i>	25
Reflexões sobre o ensino da variação linguística. O português para alunos brasileiros em Portugal <i>Audria Albuquerque Leal - Noémia Jorge</i>	41
Sujeitos entre-línguas em contextos de imigração. Questões de memória e herança linguística <i>Beatriz Maria Eckert-Hoff</i>	61
Uma opção didática funcionalista para o ensino do francês em contexto brasileiro <i>Fernanda Cristine Guimarães - Vânia Cristina Casseb-Galvão</i>	73
Metodologias ativas em PLE. Gamificação da série brasileira “3%” <i>Filipa Matos</i>	95
Lineamenti genetici della poesia italoфона di origine brasiliana contemporanea <i>Alessandra Mattei</i>	109
O Estatuto do Estudante Internacional. Incentivo ou barreira para os estudantes brasileiros no ensino superior em Portugal? <i>Katielle Silva - Jorge Malheiros</i>	125

Toponímia maranhense: diversidade cultural e linguística <i>Maria Célia Dias de Castro - Gisélia Brito dos Santos</i>	145
Lições do Rio Grande: concepções acerca da gramática <i>Graciele Turchetti de Oliveira Denardi - Lucas Martins Flores</i>	167
“Procuo minha mãe”: o fenômeno da adoção brasileira em Itália. Aspectos sócio-linguísticos <i>Mariagrazia Russo</i>	181
Figuração de personagens femininas em <i>Mamma, son tanto felice</i> <i>Helena Bonito Couto Pereira</i>	191
Sobre pessoas e lugares: as mulheres viajantes de Marina Colasanti <i>Kelio Junior Santana Borges - Giorgio De Marchis</i>	205
Uma anastomose entre os conceitos de autobiográfico e literatura diáspora. O exílio de Caetano Veloso na autobiografia <i>Verdade Tropical</i> <i>Tiago Ramos e Mattos</i>	223
Migração Brasil/Portugal: os brasileiros descobrem Portugal <i>Maria Irene da Fonseca e Sá</i>	241
Escrita traumática em Primo Levi. Experiência, testemunho e representação <i>Romilton Batista de Oliveira - António Bento</i>	257
Olhar inquisidor: a religião do brasileiro em romances portugueses do século XXI <i>Paulo Ricardo Kralik Angelini</i>	275
Noutro Porto 2: a religião como culto artístico <i>Ana Cristina Saladrigas - Elizângela Gonçalves Pinheiro</i>	293
Pertencimento, classe e gênero em narrativas de imigrantes brasileiros/as na Alemanha e em Portugal <i>Glauco Vaz Feijó</i>	313
Autores	331

# TOPONÍMIA MARANHENSE: DIVERSIDADE CULTURAL E LINGUÍSTICA

*Maria Célia Dias de Castro - Gisélia Brito dos Santos*

DOI: <https://dx.doi.org/10.7359/969-2021-dibr>

## ABSTRACT

Toponyms are proper names of a language that represent characteristic identity and memory references, playing a fundamental role in the reference to the objects and events of the world intrinsic to man, situated in his space. It also happens that the inhabitant, when migrating from the place, carries with him/her these lexical items. The immigrant (incoming) and emigrant (outgoing) process of individuals or groups among countries or within the country itself constitutes the formation of the Brazilian people and, consequently, their language. In the lexical studies and in the ecosystemic interpersonal relationships between man, language and environment lies the foundation of this study. It focuses on the constitutive movements of a man's origins, in the territorial space in which the language takes place in its various forms, and in the toponymic lexicon, which proves this mobility of man in the territory. The chapter discusses the toponyms of the municipalities of Maranhão as elements of representation and dissemination resulting from migratory processes.

*Keywords:* diversity; migration processes; toponyms.

---

## 1. INTRODUÇÃO

Os topônimos são signos classificados gramaticalmente como nomes próprios que se realizam linguisticamente em função designativa singular dos lugares. Esses nomes possuem um estatuto intrínseco de identificação de referentes, os acidentes geofísicos, e de conservação na língua, como indícios históricos de povos habitantes e suas línguas, pelo fato de geralmente não sofrerem mudanças em curto ou mesmo em longo espaço de tempo. Não obstante, quando esses habitantes, os falantes da língua, migram dos lugares, carregam consigo muito de seu repertório lexical.

As migrações no ou fora do continente, assim como no próprio país, são em parte consideráveis constituidoras da formação do povo brasileiro, de sua cultura e, conseqüentemente, de sua língua. Deriva desse fato o processo de transposição de muitos nomes próprios de pessoas e de lugares, inclusive no Estado do Maranhão. Os estudos dos nomes próprios de lugares (endo e exoecológicos) destacam-se pela prototipicidade desses termos na identificação das inter-relações ecossistêmicas do homem sócio-histórico, com sua língua e o meio ambiente em que habita, enfoque investigativo deste estudo, centrando-se nas repercussões linguístico-toponímicas das movências do homem no espaço territorial com sua língua, o léxico toponímico.

Desse modo, este trabalho se inscreve em um estudo mais particularizado do conjunto da toponímia no território político brasileiro de maneira a discutir topônimos de municípios maranhenses como itens lexicais prototípicos na representação e na disseminação resultante de processos migratórios internos e externos, considerando-se como base da análise a tríade homem, língua e território.

Os procedimentos metodológicos consistem em uma análise ecossistêmica que considera a tríade Povo, Território e Língua (P-T-L); e onomasiológica, as relações de referência em que se reflete sobre o conceito/objeto em relação ao nome, portanto, no campo das denominações, ou, conforme Baldinger<sup>1</sup>, encarando as várias designações de um conceito particular, as expressões que formam um conjunto designativo, em que um conceito é designado por diferentes nomes e a designação vai do conceito ao nome; e em uma abordagem qualitativa na qual uma característica é, segundo Silveira - Córdova<sup>2</sup>, a objetivação do fenômeno com descrição, compreensão e explicação de relações entre o global e o local; aqui abordada com uma pesquisa do tipo documental, por meio da seleção de dados constantes no Atlas Toponímico do Estado do Maranhão (ATEMA) e de Castro<sup>3</sup>.

Primeiramente, discute-se o ecossistema linguístico e sua inter-relação com o léxico toponímico. Em seguida, apresenta-se uma breve contextualização histórica de como os processos migratórios do Período Colonial são constituidores da identidade e da memória do povo maranhense. Logo após, conclui-se com o estudo dos topônimos maranhenses, apresentando-se as considerações que finalizam este estudo.

---

<sup>1</sup> Baldinger 1966.

<sup>2</sup> Silveira - Córdova 2009.

<sup>3</sup> Castro 2012.

## 2. ECOSISTEMA LINGUÍSTICO, LÉXICO E TOPONÍMIA

O surgimento das línguas paira sobre duas hipóteses: em uma, alguns defendem a teoria darwiniana da monogênese em que de uma única língua teriam se originado as demais; na outra, a teoria da poligênese, cujo surgimento das línguas já seria multilíngue. A esse respeito, a Bíblia Sagrada, no Gênesis<sup>4</sup> apresenta a metáfora da Torre de Babel, que relata que havia uma única língua e que os cristãos, na sua ambição, queriam chegar aos céus, quando Javé mandou que eles descessem e falassem diversas línguas para se dispersarem e não se entenderem mais. Assim, a linguagem é usada bíblicamente para inibir os homens de sua ambição, como instrumento de separação, representando a dispersão e o desentendimento dos povos.

É muito provável que as línguas tenham tido uma única origem, assim como os povos, e somente depois ocorreriam os contatos.

Nesse cenário, segundo a perspectiva ecolinguística, a língua de um povo está ligada indiretamente a seu território habitado, em que esse povo estabelece a interconexão entre os dois subsistemas: território e língua. Essa perspectiva sistêmica para a língua é percebida desde a obra *Crátilo*<sup>5</sup>, nas discussões entre Crátilo e Hermógenes, sobre a questão da existência dos nomes: se existem por uma relação natural com os objetos que representam, ou por uma atribuição convencional para simbolizá-los, no mundo.

Seguindo a linha das tridimensões, Couto<sup>6</sup> apresenta a língua como um ecossistema composto pelos elementos Povo (P), Língua (L) e Território (T), em que L está diretamente ligada a P e este a T. Essa inter-relação revela-a como resultante do comportamento humano diante de suas percepções (mentais) para com o mundo exterior: físico, social e cultural. Como se observa, a língua envolve a ideia de conjunto em sua tríade constitutiva. Eis, pois, o modelo básico representativo do ecossistema integral da língua ou ecossistema fundacional da língua, em que cada unidade componente dessa tríade ocupa lugar fundante.

Nessa perspectiva, a língua e o território são base para a identidade de um povo. A função do território nesse sistema é basilar e essa influência se faz presente na superfície da língua, a exemplo de sufixos toponímicos como *-ia* formadores de grande quantidade de nomes próprios como *Itália*, *Hispania*, *Germânia*, *Portugália*, *Gália*, *Ilíria*, e de nomes mais familiares como *Abadiânia*, *Brasília*, *Brasília*, *Lusitânia*. Por sua vez, os adjetivos

---

<sup>4</sup> Bíblia Sagrada 1982.

<sup>5</sup> Platão 1973.

<sup>6</sup> Couto 2007.

pátrios se referem à nação (brasileiro), da mesma forma que à naturalidade (maranhense, balsense), com uso de sufixos, entre eles, *-ense*: *amazonense*, *piauiense*, *brasiliense*, *cearense*, *paranaense*, *sul rio grandense*; *-eiro*: *brasileiro*, *-ês/esa*: *português*, *francês*, *inglês*, *milanês*. De forma semelhante, a língua se institui manifestando a identidade de um povo por meio de termos qualificativos que revelam etnias, pois “ao se pensar no povo, pessoas com costumes similares que habitam determinadas localidades, o conceito acionado é o gentílico, como ‘potiguar’, ‘gaúcho’, ‘capixaba’”<sup>7</sup>. Esses adjetivos são itens lexicais da língua que atribuem qualidade aos habitantes de um lugar acionando aspectos da origem do homem numa inter-relação direta com o meio ambiente natural desses indivíduos, a terra onde vivem.

A língua é representação das experiências, daquilo que é adquirido, vivenciado e transformado por meio de concepções em representações linguísticas, estruturas que são definidas pelos sujeitos e pelos seus pares em suas realidades e em seus processos interativos. E a identificação e a situacionalização desses sujeitos nos territórios prima pelo processo denominado que é, *a priori*, sempre singular e interativo, quer entre homem e natureza, quer nas relações dos homens entre si, para o que usam a funcionalidade da língua.

Tal condição retoma o conceito de ecossistema, que é central no campo da Ecologia, definido por Couto<sup>8</sup> como “o conjunto formado pelos seres vivos e seu meio ambiente, considerados como um todo”.

O Ecossistema Integral da Língua pode ser representado como segue (Fig. 1):



Figura 1. – *Ecossistema Linguístico*.

L (Língua) é igual a I (Interação), é a própria interação, afirma Couto<sup>9</sup>, no interior do Ecossistema Linguístico. Percebe-se a interdependência da língua ao território, vinculada pela presença do homem nesse território. Assim, os processos migratórios norteados com o propósito de colonização acarretam profundos impactos linguísticos nas novas terras, a exemplo da instituição da língua portuguesa em território brasileiro.

<sup>7</sup> Castro - Santos 2018, 227.

<sup>8</sup> Couto 2007, 26.

<sup>9</sup> *Ibidem*.

Algumas propriedades são caracterizadoras do Ecossistema Linguístico, como *holismo*, perspectiva integral dos fenômenos com o todo que determina o comportamento das partes, conceito fundamental na visão ecológica de mundo; *diversidade*, as variedades de espécies constituidoras dos ecossistemas, em que mais diversidade representa maior riqueza do sistema; *adaptação/mudança*, adequação dos seres vivos ao meio ambiente; *abertura/porosidade*, caráter difuso das fronteiras entre os ecossistemas<sup>10</sup>. Os postulados desse autor enfatizam que os objetos situados no mundo e os seres vivos, em síntese, tudo que há no mundo real, está de alguma forma inter-relacionado por meio de um *continuum*, do que decorre que todo sistema é poroso, não é dividido rigidamente. Em consonância com esse entendimento de ecossistema linguístico, a interação ocorre por meio do *continuum* entre seres vivos e meio ambiente natural, relação de interdependência que gera a referência; e dos seres vivos entre si, que resulta na comunicação, logo, as duas faces da língua. Cumpre ressaltar os esclarecimentos de Couto:

Vimos que as interações que se dão no interior do ecossistema biológico podem ser de dois tipos: 1) interações organismo-mundo (território), 2) interações organismo-organismo. Na linguística ecossistêmica não é diferente. Primeiro, porque para ela a língua é o equivalente das interações. Ela equivale ao I [Interações]. Pondo “indivíduo” humano no lugar de “organismo” e “mundo” no lugar de território, temos os dois tipos fundamentais de interação que se dão no interior do ecossistema linguístico. **A interação indivíduo-mundo** equivale à significação, às vezes também chamada de referência denotação, denominação etc. **A interação indivíduo-indivíduo** equivale à comunicação, à interação comunicativa.<sup>11</sup>

Essas duas funções, portanto, são inerentes à natureza da língua, a função de expressão do pensamento e a função de comunicação da língua, todas sendo eminentemente constituidoras da interação.

Nesse escopo, Couto<sup>12</sup> percebe o ecossistema integral da língua como a comunidade, que pode ser de língua é mais ampla, e a de fala, mais específica. A primeira independe do tamanho do território e dos atos de interação concretos, enquanto a comunidade de fala se constitui em um território menor em relação à comunidade de língua à qual está inter-relacionada e em que as interações comunicativas são concretas. Uma comunidade de língua pode ser compacta se os falantes vivem em um território contíguo; e

---

<sup>10</sup> Couto 2007, 29-38.

<sup>11</sup> Couto 2016a, 218; grifos do autor.

<sup>12</sup> Couto 2016b.

difusa se os falantes vivem dispersos em outra comunidade de língua, o que é exemplificado com a comunidade de língua dos surdos. Por sua vez, uma comunidade de fala pode ser (1) mínima, com apenas um par de falantes; (2) máxima, com a delimitação de toda a comunidade de língua de um território específico; (3) simples, se é monolíngue e monodialetal; (4) complexa, se bi-/multilíngue e ou bi-/multidialetal; (5) compacta, os falantes vivem bastante próximos uns dos outros; (6) difusa, vivem afastados uns dos outros; (7) efêmera, o ajuntamento dos falantes, que não é duradouro, é determinado por interesses comuns; (8) permanente, sedentária ou fixa, aquela cuja convivência é duradoura.

Vê-se que a língua(gem) deve ser percebida por sua complexidade holística, tendo em vista sua diversidade, riqueza esta resultante e sempre propensa à mudança e à adaptação de modo que nunca está absolutamente limitada por fronteiras estabelecidas.

A ecologia das línguas tem como cerne a diversidade linguística, que se constrói sob o bilinguismo, o multilinguismo<sup>13</sup> e o multidialetismo, mais precisamente sobre a Ecologia das Línguas, como afirma Couto<sup>14</sup>. Esse autor lembra que o Ecossistema Integral da Língua pode ser encarado da perspectiva da comunidade de língua e da perspectiva da comunidade de fala – que pode ser simples (monolíngue, monodialetal) ou complexa (bi-/multilíngue, bi-/multidialetal) – e que o ideal dos estados quanto à relação língua, território e povo que a fala é o monolinguismo e o monodialetalismo, que não haja variedade, diversidade cultural, nem mesmo linguística, mas um só povo, um só território e uma só língua, unos. Os políticos prezam pelo monolinguismo e pelo monodialetalismo, e uma comunidade de fala simples é o desiderato deles, porém este tipo de organização praticamente não existe.

Há que se lembrar da complexidade da língua, de seu caráter imanente para a mudança e a diversidade, com as interferências históricas e culturais diversas e as fronteiras linguísticas sempre muito difusas, o que costuma perpassar questões de delimitações territoriais e de poder. Porém, as intervenções político-culturais podem atuar fortemente na estrutura da língua, no seu decurso natural.

---

<sup>13</sup> Couto 2007 ressalta que o “multilinguismo” é um tipo de ecologia linguística complexa, que envolve duas ou mais línguas (neste, está incluso o “bilinguismo”), mas não o único tipo desse domínio. Cita o “multidialetalismo” como um domínio linguístico tido como unilíngue, porém complexo.

<sup>14</sup> *Ibidem*.

A comunidade de fala complexa é o padrão, informa Couto<sup>15</sup>, pois não basta ser monolíngue para ser uma comunidade de fala simples e se for bi-multidialeto já será considerada complexa. O bilinguismo e o multilinguismo territoriais – este um tipo de ecologia linguística complexa, que envolve duas ou mais línguas e no qual está incluso o bilinguismo – ocorriam mais em função das invasões territoriais; atualmente, eles ocorrem devido às delimitações territoriais. Marr<sup>16</sup> afirma que a Língua Nacional é uma ficção, e que normalmente as pessoas acham que os dialetos são uma variante da língua padrão, mas ocorre exatamente o contrário: a língua padrão é que é uma variante em relação aos dialetos e essa variante surge como uma abstração com base nesses dialetos.

A respeito da variação das línguas, Couto<sup>17</sup> informa que os estudos sobre língua de contato iniciaram-se no final do século XIX com Johannes Schmidt, discípulo de Schleicher e autor da Teoria das Ondas (*Wellentheorie*), e acrescenta que Schleicher, seguidor da teoria darwiniana, criou o conceito de *morfologia* para os estudos das línguas, classificando-as como isolantes, aglutinantes e flexionais, em que as flexionais atingiram o grau máximo de desenvolvimento. Com outro enfoque, Schmidt<sup>18</sup> afirma que as línguas se desenvolvem como ondas, “que não teriam fronteiras claramente delimitadas, assim como não as há entre os diversos ecossistemas, cujos limites são definidos pelo investigador”. Esta teoria deu base para se pensar no contato das línguas e o efeito desses contatos. Em 1953, surgiu um clássico dos estudos de contato de línguas, Weirich<sup>19</sup>, que enfatizou a parte estrutural relacionada ao contato de línguas e afirmou que esse contato acontece no cérebro. Em 1988, Sara Thomason e Terrence Kaufman<sup>20</sup> enfatizaram os fatores sociais e históricos relacionados ao contato de línguas, em que defendiam que a comunicação é uma adaptação mútua. Em 2001, Salikoko Mufwene, baseando-se na “genética das populações”, buscou a aplicação dos princípios ecolinguísticos no contato de línguas na obra

---

<sup>15</sup> *Ibidem*.

<sup>16</sup> Marr 1975 (*apud* Couto 2007, 122) defende a visão de que, nas relações entre língua e meio ambiente, a língua é construída pelo mundo, ou seja, pelo meio ambiente, concepção esta do materialismo dialético. Couto, entretanto, adota a proposição de uma quarta concepção, a de Mühlhäusler 2003, sobre essas relações: a de que “a língua está interligada com o mundo – ela tanto constrói quanto é construída pelo mundo”, lembrando de que geneticamente o processo começa como MA à L.

<sup>17</sup> Couto 2007.

<sup>18</sup> *Apud* Couto 2007, 62.

<sup>19</sup> Weinreich 1974.

<sup>20</sup> Thomason - Kaufman 1988.

*The Ecology of Language Evolution* e lembrou o fato de que não são as línguas que entram em contato, mas os povos, pois a língua é apenas um parasita desses povos, que são espécies vivas: “espécie parasita, no sentido de só viver e sobreviver ‘sobre’ P. Porém é um parasita *sui generis*, uma vez que é formado pelo próprio hospedeiro”<sup>21</sup>. Neste ponto, reforça-se a ideia proposta por Silva Neto<sup>22</sup> de que não são as línguas que entram em contato, pois elas não possuem existência fora do homem. Sob o ponto de vista de sua contribuição para a Ecolinguística, a proposta de Ecologia Fundamental da Língua (EFL), Couto<sup>23</sup> também ressalta que o que entra em contato diretamente não são as línguas (L), são os povos (P), ou membros desses povos, levando as línguas (L), ou seja, são povos-línguas (PL).

O contato de línguas é resultante, portanto, dos processos migratórios territoriais, e Couto conceitua esse fenômeno como as interações estabelecidas entre dois membros de EFLs (comunidades) diferentes, mutuamente ininteligíveis, o que ele denomina de tentativa de comunicação interlinguística mesmo que, no início, se trate apenas de tentativas de comunicação, “uma vez que um deles fala uma língua (L<sub>1</sub>) e o outro fala outra língua (L<sub>2</sub>), línguas que podem ser tipologicamente muito diferentes uma da outra”<sup>24</sup>.

Uma situação de possibilidade de deslocamento, ou seja, de representação desses contatos, dá-se tomando T como base, em que os membros PL<sub>2</sub> se deslocam para o T (T<sub>1</sub>) de PL<sub>1</sub> (Fig. 2).

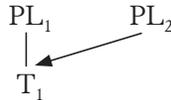


Figura 2. – Deslocamentos de povos para o Brasil.

Como caso particular, pode-se citar a chegada dos portugueses (PL<sub>2</sub>) no Brasil (T<sub>1</sub>), durante o período das Grandes Navegações, e a presença dos povos naturais indígenas (PL<sub>1</sub>). Aqueles povos foram se deslocando inicialmente e, em função da resistência à cultura nativa e da visão de prestígio de sua própria cultura e língua, formaram ilhas linguísticas em meio a este extenso território. Convém destacar que alguns portugueses com missões

<sup>21</sup> Mufwene 2001 *apud* Couto 2007, 126.

<sup>22</sup> Silva Neto 1963.

<sup>23</sup> Couto 2007.

<sup>24</sup> Couto 2007, 283.

específicas adaptaram-se à comunicação nas línguas locais do que surgiram as línguas gerais, como a língua geral paulista e o Nheengatu, na Amazônia, tendo em vista o propósito a que se destinavam. Com o processo de povoamento avançando, durante um longo período, mais povoadores foram sendo convocados, agora em grandes quantidades, o que favoreceu a imposição legal da língua e uma maior adaptação ao território – diferentemente foi a situação dos alemães e italianos, chegados mais recentemente, que constituíram ilhas linguísticas ou enclave linguístico<sup>25</sup> – até estabelecerem a colônia portuguesa no Brasil e no Maranhão, como descrito brevemente, a seguir.

### 3. BREVE HISTÓRICO FORMADOR DO POVO MARANHENSE

Antes da chegada dos portugueses (PL<sub>2</sub>), o Maranhão, como todo o território brasileiro, era habitado por povos indígenas. No século XVII, segundo a Associação Carlo Ubialli<sup>26</sup>, havia cerca de 250.000 índios, divididos entre mais ou menos 30 etnias, das quais muitas desapareceram, entre elas, os Barbado<sup>27</sup>, Amanajó, Tremembé, Araióse e Kapiëkrã. Sobreviveram aos ataques das “guerras justas” ou “santas” os Krikati, Canela, Guajajara-Tenete-hara e Gavião. Alguns desses povos não se submeteram ao domínio dos imigrantes europeus e de seus descendentes (PL<sub>2</sub>), no território brasileiro (T<sub>1</sub>), no início do período colonizador, mas, por outro lado, recebiam a proteção dos padres jesuítas.

Atualmente os povos indígenas distribuem-se, no Maranhão, em dois grandes grupos linguístico-culturais, os Tupi-Guarani e os Macro-jê. Os Tupi-Guarani derivam-se nos grupos Tenete-hara/Guajajara, Ka’apor,

---

<sup>25</sup> Couto 2007 cita o caso da adaptabilidade dos italianos com a cultura e, consequentemente, com a língua, no Brasil e em Portugal em que, com o tempo, se mantém um português ou um espanhol com caracteres do italiano, portanto, com variação dialetal e, por vezes, ocorre um nivelamento, denominado “coineização”: em que dialetos diferentes convergem como um superdialeto.

<sup>26</sup> Associação Carlo Ubialli Ekos 2004.

<sup>27</sup> Esclarecemos que os nomes dos povos indígenas e de suas respectivas línguas segue a convenção de 1953, promovida pela Associação Brasileira de Antropologia, atualmente adotada pela grande maioria de linguistas, missionários e pelos próprios indígenas. O ponto principal dessa convenção que aqui seguimos é “os nomes de povos (e de línguas) indígenas serão empregados como palavras invariáveis, sem flexão de gênero nem de número: a língua Boróro (e não Boróra), os índios Boróro (e não Boróros)” (Rodrigues 1986, 10). Esses nomes serão escritos em letras maiúsculas.

Awá-Guajá, Guarani e Tembê/Tenetehara. Estes povos viviam ao longo do litoral maranhense e os relatos de viajantes revelam que eles mantiveram mais contatos com os europeus, durante o período da colonização, o que fez com que prevalecessem traços de sua cultura linguística com o vasto repertório de nomes tupis nos objetos, plantas, animais, rios e até nas cidades. Esses nomes, entretanto, foram suplantados pelos de origem portuguesa, com o decorrer da história. Diversamente dos povos de origem Tupi, os Macro-Jê, com uma cultura totalmente diferente da cultura Tupi-Guarani, foram nações que migraram do litoral para o interior do estado, geralmente por guerras entre as nações indígenas, bem como em busca de melhores condições ambientais e de segurança, passando a viver nas regiões dos cerrados<sup>28</sup>. Os povos desse tronco linguístico-cultural que vivem no Maranhão são os Krikati, Pukobyê/Gavião, Rankokamekrá, Apaniekrá/Canela, Krepum Kateyê/Timbira e Timbira/Krenyê.

Essas culturas sofreram grande interferência histórico-cultural no correr do tempo. O processo de formação do povo brasileiro e maranhense foi marcado por esse sistema colonizador, acrescido por uma migração desde o início dos tempos coloniais, quando aqui chegaram povos de origem europeia: inicialmente os franceses com o propósito de formar uma Nova França ou França Equinocial, seguidos pelos colonizadores portugueses. Também estiveram no Maranhão alguns poucos espanhóis e holandeses. De outro norte, os africanos de origem banta, camita e sudanesa e, posteriormente, de diversas origens do continente, aqui chegaram com suas tradições e culturas por um sistema bastante adverso, o de obrigatoriamente prestar sua mão de obra escrava aos colonizadores. Pode-se representar esse processo formador do contato de línguas no Maranhão, baseado em Couto<sup>29</sup> (Fig. 3):

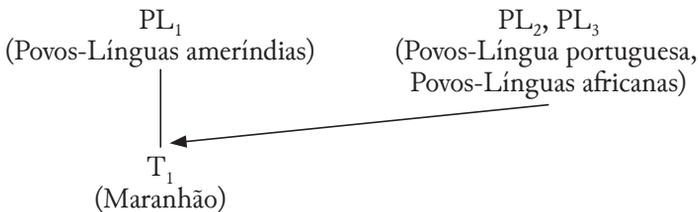


Figura 3. – Processo formador de contato de línguas no Maranhão (Couto 2007).

<sup>28</sup> Cabral 1992.

<sup>29</sup> Couto 2007.

O Maranhão (T<sub>1</sub>) estabeleceu-se inicialmente como resultado da política colonialista de países europeus como a da França e, posteriormente, a de Portugal (PL<sub>2</sub>), no início da Idade Moderna. A princípio, instituiu-se como a França Equinocial, cuja duração foi de 1593 a 1615. A emigração europeia, principalmente a portuguesa, impactou no estabelecimento final deste estado, de sua cultura e, conseqüentemente, da língua que aqui passou a prevalecer como oficial.

É preciso destacar que a ocupação da Ilha da Madeira, segundo Brito<sup>30</sup>, ocorreu mais precisamente em 1425, ao mesmo tempo em que lá iniciou a emigração. Esse processo foi acentuado no período de 1886 a 1958, quando saíram do continente 1.526.333 emigrantes. Desse total, a maior parte deles destinou-se ao Brasil, vindo uma parcela para o Maranhão. No *Catálogo dos manuscritos avulsos relativos ao Maranhão existentes no Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa* (1614-1834), resumo dos documentos que registram as relações político-administrativas de Lisboa e da colônia, são vastos os documentos comprobatórios da emigração portuguesa para o Maranhão. A 7 de março de 1616, o documento AHU-ACL-CU-009 Caixa 1 Doc.: 0004 possui o seguinte resumo que apresenta esse início da emigração açoriana para este estado:

CR (cap.) do rei D. Felipe II, para o vedor da fazenda da Repartição da Índia, Luís da Silva, sobre a recusa de Francisco Nunes Marinho em ir para o Maranhão como provedor da Fazenda Real e em distribuir as terras pelos povoadores, tal como tinha feito o [cap-mor do Maranhão], Alexandre de Moura. (Doc. Em mau estado)<sup>31</sup>

Nesse documento, percebe-se o início desse processo colonizador com o propósito de distribuição de terras (T<sub>1</sub>) aos novos colonos (PL<sub>2</sub>). Data de 5 de março de 1619, há o doc. AHU-ACL-CU-009 Caixa 1 Doc.: 00028 com CR (cap.) do rei D. Filipe II, para o conde de Faro, D. Estêvão de Faro, “sobre a ida de Jorge de Lemos Betancor e de casais para povoar as capitânicas de Pará e Maranhão”. Portanto, a coroa tinha pressa no povoamento da colônia e acelerava essa emigração para além mar. Foram principalmente os açorianos que primeiramente chegaram ao antigo Estado do Maranhão, compreendido à época (1621) ao que corresponde hoje aos estados do Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí, cuja capital era São Luís. Como informa Varnhagen<sup>32</sup>:

---

<sup>30</sup> Brito 1960.

<sup>31</sup> Boschi 2002, 9.

<sup>32</sup> Varnhagen 1978, 333.

não deixou a metrópole de favorecer bastante as duas novas capitanias [Rio Grande do Sul e Santa Catarina] acudindo ao Maranhão com muitos colonos dos Açores e ordenando que se entendessem para esta capitania todos os degredos ordenados para o Brasil. Pouco depois, por decreto de 13 de junho de 1621, resolveu-se que as três capitanias do Ceará, Maranhão e Pará formassem um novo Estado inteiramente independente do Brasil.

Desse período em diante, já com menor intensidade, o Maranhão ( $T_1$ ) continuava a receber colonos ( $PL_2$ ) na parte territorial que corresponde ao atual estado, o que fez com que esta capitania se estabelecesse de vez como colônia ligada direta e administrativamente à Metrópole.

Muitas mudanças na forma de organização estrutural do Estado ocorreram. Essa capitania teve como primeiro donatário João de Barros<sup>33</sup> e foi Capitania do Maranhão no período de 1616 a 1622, cujo capitão-mor era Jerônimo de Albuquerque Maranhão, que chefiou as sangrentas batalhas contra os franceses, as quais resultaram na expulsão destes europeus; no período de 1621 a 1652<sup>34</sup> estabeleceu-se como Estado Colonial do Maranhão; foi colônia holandesa, entre 1641 e 1644; entre 1652 e 1654, foi declarada Capitania do Maranhão; tornou-se Estado do Maranhão e Grão-Pará, no período de 1654 a 1751; durante o período de 1751 a 1772<sup>35</sup>, tornou-se Estado do Grão-Pará e Maranhão; Foi Estado do Maranhão e Piauí, entre 1772 e 1811; e finalmente Estado Colonial do Maranhão, entre 1811 a 1822, quando necessariamente teve que aderir à Independência do Brasil.

O Governo de Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido como Marquês de Pombal – nomeado Primeiro-ministro de Portugal em 1750 pelo rei D. José I – muito interferiu na política linguística desta colônia como forma de afirmação de poder. As orientações desse governante para o Brasil, no período Imperial e no Republicano, eram que fosse estabelecida uma comunidade de fala simples, monolíngue, monodialetal, conforme discutido anteriormente, suprimindo a Língua Geral falada àquela época por grande parcela da população. E a toponímia de origem indígena, não somente no território maranhense, foi-se alterando para nomes relativos à cultura portuguesa, inserindo nas formas lexicais dos topônimos termos

---

<sup>33</sup> João de Barros, além do primeiro donatário da capitania do Maranhão, era historiador, gramático (*A Gramática de João de Barros*) e humanista.

<sup>34</sup> Criado em 1621, e instalado somente em 1626, o território incluído abrangia os atuais estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Amazonas, Amapá e Roraima.

<sup>35</sup> Criado pela reforma administrativa do Marquês de Pombal, embora Belém já constasse como capital, desde 1737.

que acionavam a religiosidade, como também com a transplantação do próprio léxico toponímico revelador do saudosismo português.

Para além desses fatos, o estabelecimento deste Estado exigia, desde o início, a presença de mão de obra para a produção de riquezas com todo tipo de trabalho braçal: no campo, para o fornecimento de alimentos, e na cidade, para os diversos serviços domésticos e de construção. Sobre a vinda dos povos africanos, Meireles<sup>36</sup> sustenta que:

o “novo mundo” que emergiu na época moderna como resultado do processo de navegação que desbravou as rotas marítimas é, antes de tudo, fruto de experiências compartilhadas pelas sociedades que se relacionaram no Atlântico e para além dele. Atrélada a essas interações humanas e materiais, a capitania do Maranhão, ao norte do Brasil, vivenciou significativas mudanças com a implantação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, na segunda metade do século XVIII.

A vinda dos povos africanos (PL<sub>2</sub>) foi consolidada principalmente com a atuação da Companhia Geral do Grão-Pará, com o fortalecimento do comércio escravagista, de forma que a população escrava passou a compor fortemente a etnia da capitania maranhense (PL<sub>1</sub>), no final do século XVIII, portando consigo os aspectos identitários, os linguísticos e histórico-culturais.

Nesse passo, o Maranhão tornou-se um estado multilíngue e multidialetal, com um verdadeiro mosaico de línguas ameríndias: as pertencentes à família Tupi-Guarani: Guajá, Tenetehára/Guajajara, Tembê, Urubú-Kapor; e as pertencentes ao grupo Macro-Gê: Canela-Apâniekra, canela Rramkókamekra, Gavião do Maranhão/Pukobyé, Kreyé/Krenjé, Krikatí/Krinkati<sup>37</sup>, além do português oficial. Cada nação indígena é uma comunidade de língua geralmente multilíngue e uma comunidade de fala complexa e multidialetal. Diferentemente, comunidade de língua monolíngue deve ser um pequeno povo indígena que vive em um pequeno território. Os povos indígenas isolados vivem em uma comunidade de língua compacta e são uma comunidade de fala simples e monodialetal. Vale ressaltar a existência da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), cujos falantes formam uma comunidade de língua e de fala difusas; bem como outras línguas que se caracterizam como ilhas linguísticas ou enclaves linguísticos, mas que também são consideradas complexas por falarem português como L<sub>2</sub>, entre elas, a de uma comunidade de origem eslava que vive na zona rural do sul do Maranhão e outras pequenas comunidades descendentes de alemães e japoneses.

---

<sup>36</sup> Meireles 2009, 142.

<sup>37</sup> Rodrigues 1986.

Em vista disso, a identidade e a memória do povo maranhense tornaram-se pluriétnicas e pluriglotas desde a fundação deste estado, obviamente pelo processo migratório inicial, ressaltando-se os saberes históricos, culturais, memorísticos e linguísticos deste povo. E a linguagem, nesse intrínseco ecossistema linguístico, é que melhor tem evidenciado esses processos formadores e a diversidade desses caracteres históricos e culturais, via léxico da língua, notadamente neste trabalho, os topônimos.

#### 4. TOPONÍMIA MARANHENSE: HERANÇA, IDENTIDADE, MEMÓRIA E TRANSFORMAÇÃO

A língua portuguesa inicia seu processo de instauração no Brasil com a chegada da esquadra de Cabral a Porto Seguro-BA, em 1.500. Para indicar a posse da terra, eles denominam o que visualizam como *Monte Pascoal* acionando a própria língua e cultura e desconsiderando o vocábulo *ybyrá-piranga* na cultura indígena. Entretanto, a língua geral foi muito usada a partir de 1694 pela necessidade de os bandeirantes se comunicarem com as várias tribos indígenas para adentrarem ao sertão interiorano. Na área que atualmente abarca toda esta região que se estendia do Ceará ao Amazonas, de início denominada Estado Colonial do Maranhão<sup>38</sup>, era falada a língua geral também conhecida como língua amazônica, o Nheengatu, ainda hoje falado em São Gabriel da Cachoeira e no Alto Rio Negro. Desse contato, muitos são os termos de origem Tupi que compõem o léxico da língua portuguesa: *abaré, abati, anajá, babaçu, bacaba, caatinga, caboclo*, entre outros. De modo marcante, na distribuição geográfica dos municípios maranhenses permanecem muitos topônimos de línguas autóctones<sup>39</sup>, notadamente do Tupi, entre eles, *Anapurus* (aldeia indígena dos Anapuru; espécie de papagaio), *Arari* (variedade de araras), *Cururupu* (*kuru'ru*, variedade de sapo, também chamado sapo-cururu), *Grajaú* (de *guaiá*, caranguejo, *hu* por *y* rio), *Maracaçumé* (maracá, “chocalho”; *Sumé*, “personagem mítica entre os Tupi-Guarani”), *Pirapemas* (*pira'pema*, “peixe da família dos megalopídeos”), os quais acionam elementos da natureza dos povos denominadores: animais, plantas e cultura autóctone.

---

<sup>38</sup> Boschi 2002 *apud* Castro 2012, 278: “Pelo ano de 1621, por meio da Carta Régia de 13 de junho, foi criado o Estado Colonial do Maranhão, independente do Estado do Brasil (1621-1652), o qual foi instituído em 3 de setembro de 1621; o Estado do Maranhão e Grão-Pará (1654-1751) foi instituído pela Carta Régia de 25 de agosto de 1654”.

<sup>39</sup> Dados extraídos de Castro 2012.

A partir de 1538, a importação de escravos africanos passou a ser uma prática comum. Desses contatos, embora também com uma política glotocida com as línguas africanas, surgiram muitos termos principalmente no ambiente cultural onde eles mais se situavam: *banzo*, *baobá*, *cuscuz*, *cachimbo*, *marimba*, *quitanda*. Porém, na toponímia, essa cultura se faz representar de forma bastante tênue, precisamente na microtoponímia, com nomes de origem quimbunda denominando pequenos lugares e alguns acidentes físicos de pequeno porte, a exemplo: povoado *Cacimbinha* (“poço de água potável”, em Alto Panaíba-MA), fazenda *Cachimbo* (“aparelho para fumar”, em Sambaíba-MA), fazenda *Marimbondo* (“composto de *ma-* prefixo de plural + *rimbondo*, vespa”, em São João do Paraíso-MA), serra da *Mocamba* (“tapera, quilombo, tipo de habitação”, em Carolina-MA) e morro da *Mutamba* (“árvore pequena de flores amareladas e sementes que produzem um óleo aromático usado em perfumaria”, em Carolina-MA).

O conservadorismo da língua portuguesa no Brasil é bastante tênue. Ocorre justamente que o português brasileiro, devido aos intensos contatos entre povos de etnias tão diferenciadas, os indígenas e africanos de diferentes dialetos (koinè), bem como outros povos europeus (franceses, holandeses e espanhóis) com a necessidade de adaptação ao novo meio ambiente, representaram motivos suficientes para influenciar, com o passar do tempo, as inovações em todas as áreas, inclusive na língua.

Ainda durante o governo do Marquês de Pombal a toponímia maranhense e de todo o território sofreu radicais alterações. Assim, e pelos diversos episódios históricos de dominação estrangeira, as políticas públicas iam se refletindo na toponímia, de forma que algumas localidades possuíram diferentes denominações, as quais representam esse contato de línguas, principalmente pela forte presença inicial portuguesa neste território, à época L<sub>2</sub>. Decorre desses fatos a mudança de topônimos inicialmente de origem indígena, que receberam termos de línguas de origem europeia, notadamente do português, e fixaram-se na forma atual com o étimo português, tais como *Tapuitapera* > *Santo Antonio de Tapuitapera* (vila) > *Tapuitapera de Santo Antonio* > *Santo Antonio de Alcântara* > *Alcântara*; *Upaon-Açu* > *Ilha Grande do Maranhão* > *Ilha de Nazaré* > *São Luís*. As resistências políticas associadas ao pensamento filosófico romântico contribuíram para a fixação de topônimos de origem indígena com estrutura sintagmática simples ou composta, entre eles, *Anajatuba*, *Anapurus*, *Araguanã*, *Araíoses*, *Arari*, *Axixá*, *Apicum-Açu*, *Itapecuru-Mirim*, *Bacuri*, *Bacurituba*, *Buriti*, *Buritirana*, *Cajapió*, *Cajari*, *Codó*, *Coroatá*, *Grajaú*, *Icatu*, *Jatobá*, *Peri-Mirim*, *Pindaré-Mirim*, *Timbiras*, *Tutóia*; e nomes de origem indígena que afixam em sua estrutura sufixos de origem não indígena forman-

do topônimos híbridos, como *Açailândia*, *Bacabal*, *Bacabeira*, *Maranhão*, *Maranhãozinho*, *Mirinzal*, *Paraibano*, *Satubinha* e *Turilândia*, em que se destacam os sufixos nominais formadores de proveniência/naturalidade latinos: *-al*, *-ano*, *-eira/eiro*, *-inho/zinho*; de origem composta oriunda do grego e transplantado para o latim: *-ia*; e anglo-saxão *-land* alatinado com o sufixo latino *-ia* que gerou *-lândia*, os quais revelam essas (des)locações pátrias via língua.

A formação dos topônimos compostos híbridos com nomes de origem indígena e portuguesa como *Alto Alegre do Pindaré*, *Alto Parnaíba*, *Barão de Grajaú*, *Bernardo do Mearim*, *Boa Vista do Gurupi*, *Buriti Bravo*, *Capinzal do Norte*, *Conceição do Lago Açu*, *Igarapé do Meio*, *Jenipapo dos Vieiras*, *Marajá do Sena*, *Olho d'Água das Cunbãs*, *Santa Luzia do Paruá*, *São João do Caru*, *Sucupira do Riachão* e *Vitória do Mearim* reforçam as evidências históricas instituídas pelo processo migratório local e pelos estágios multilíngues, com o povoamento natural desta terra pelos povos ameríndios antes da chegada dos portugueses ou de quaisquer outros europeus, os quais revelam naturalmente uma identidade linguístico-cultural por meio dos termos que radicam a estrutura desses topônimos e que podem dizer acerca do processo de criação dos nomes de lugares e da filiação dos lugares que sugerem os nomes. Desse modo, uma língua de origem indo-europeia da família latina, a língua portuguesa, muito se enriqueceu no Brasil com as contribuições que recebeu das línguas indígenas naturais aqui já existentes e das línguas africanas, bem como de outros estratos linguísticos resultantes desses contatos em solo brasileiro.

As inovações da língua portuguesa, no Maranhão, foram consubstanciadas pelo processo de transplantação cultural, fortalecido pela exigência governamental de mudança de topônimos, como já informado. Assim, o topônimo transplantado é um designativo geográfico que constitui inicialmente um espaço e, segundo Dick<sup>40</sup>, “passa a integrar a nomenclatura de outra região qualquer, trazido pelo próprio povo que emigrou, ou influenciado por um mero mimetismo”. A Toponímia possui uma classificação específica para os topônimos que significam esses contatos de povos-línguas denominando-os “corotopônimos” (do grego *khôro* > coro), taxonomia adotada por Dick<sup>41</sup> para categorizar os topônimos que revelam nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes.

Dentre os corotopônimos lusos para o Maranhão transplantados, *Viana* indica uma referência a uma cidade portuguesa que, por sua vez, já

---

<sup>40</sup> Dick 1992, 90.

<sup>41</sup> Dick 1990.

referira alguém a quem a comunidade quis “homenagear”. Da mesma forma, *Alcântara* evidencia o processo de transplantação de cultura, pois deriva do nome de uma localidade situada em Portugal, assim como *Cantanbede*, *Guimarães*, *Monção*, *Paço do Lumiar*, *Penalva*, *Viana*, todos denominando cidades maranhenses. As formas *Alcântara*, *Cantanbede* e *Monção* são consideradas opacas, arcaísmos ou relíquias da língua do passado que sobrevivem na língua<sup>42</sup> e na toponímia maranhense. *Guimarães* é derivado do visigodo, comprovado na forma *Vimaranes*, de 932-950, conforme Machado<sup>43</sup>. *Cantanbede*, *Monção* e *Paço do Lumiar* possuem atestações antigas (1087, 1258, 1312, respectivamente) e são derivados do latim. *Viana* é proveniente de língua pré-celta, com forma registrada no português antigo desde 1258. *Loreto* (séc. XI), atribuído à freguesia de Nossa Senhora de Loreto, pelo padre português José Cunha d’Eça, possui etimologia latina. Tem-se ainda o corotopônimo *Paço do Lumiar*, que reflete parte da história de Portugal, aqui instituída. Este forte vínculo faz de *Paço do Lumiar* e de outros corotopônimos não só maranhenses, a exemplos dos tantos existentes no estado do Pará e de outros estados brasileiros, símbolos da transplantação da cultura das terras portuguesas para os rincões brasileiros, fenômeno linguístico e memorístico que se deu nos processos migratórios de povoamento durante o estabelecimento do Brasil colônia. Topônimos como estes trazem como particularidade a manutenção de formas antigas específicas de épocas remotas diferentes, arcaísmos ou relíquias da língua do passado, revelando uma herança e identidade históricas, bem como atestam a memória dos povos que para este estado emigraram. Nesse sentido, Nora<sup>44</sup> define a memória como os registros do passado vivido por um grupo, aquilo que os grupos fazem de suas experiências passadas, e relacionando esse conceito aos nomes de lugares. Goody<sup>45</sup> relata que nas civilizações antigas os tratados de onomástica eram utilizados como recursos para o desenvolvimento da memória, fundamentando-se no pressuposto de que nomear é conhecer, conhecer o passado, os espaços, os denominadores.

Em suma, a instituição da língua nacional brasileira é resultante da colonização portuguesa e da expansão dessa língua somada às diversas línguas dos povos indígenas deste território, como também dos povos africanos e de outras diversas etnias que para cá migraram.

---

<sup>42</sup> Campbell 2004.

<sup>43</sup> Machado 2003.

<sup>44</sup> Nora 1993.

<sup>45</sup> Goody 1995 *apud* Le Goff 2003.

Outra observação que se traz é sobre a existência de um único exônimo – nome estrangeiro adotado que geralmente sofre adaptação ao se inserir numa outra língua – neste conjunto toponímico, *Nova Iorque*, cuja forma portuguesa vem contextualizada do inglês *New York*, em que *New* significa *Nova*; quanto ao termo *York*, segundo Campbell<sup>46</sup>, vem de *York* < *Jor-vik* “*small bay*”, “pequena baía”, contendo o termo *vik*. Este corotopônimo foi atribuído a uma cidade da mesorregião Sul Maranhense por um descendente de americanos que a essa localidade chegou pelo terceiro quartel do século XIX.

Além dessas taxonomias, somam-se os etnotopônimos, nomes próprios relativos aos grupos étnicos ou indicadores de procedência, entre eles *Araioses*, *Barbados*, *Timbiras*, *Tupinambás*, *Tapuío*, *Xingu*, *Caraíbas*, *Caboclo*, *Manajós*, *Cunbã*, *Itacaiúna*, *Apinajé*, *Paricy*, *Tocantins* e *Urubu*. Estes etnotopônimos são provenientes de nomes adjetivos gentílicos que se transmutaram para a categoria dos nomes próprios com função toponímica, os quais trazem expressa na sua forma uma identidade pela origem desses povos numa estreita relação com o meio ambiente, os acidentes geográficos ou humanos que denominam, reforçando a interdependência da língua ao homem e ao território, em que a L (Língua) está nas interações, é a interação própria no interior do Ecossistema Linguístico.

Verifica-se então que à medida que a cultura dos povos vai sofrendo deslocamentos e mudanças a língua acompanha esses aspectos de diversidade cultural e de transformação linguística e sócio-histórica. Todos estes topônimos são constituintes das interações multiculturais e dos contatos pluriétnicos formadores deste estado, portanto, de fatos externos que influenciaram internamente o léxico da língua. A etimologia presente nos topônimos indígenas e nos de origem latina, por exemplo, são as evidências culturais da etnicidade remota e ou recente desses povos que revelam suas movências pelos territórios já por eles ocupados ou por seus descendentes.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em razão do que foi discutido, verifica-se que os topônimos são elementos da língua que revelam de forma prototípica o interessante fenômeno das inter-relações povo-território-língua, que consistem, como afirmado, na necessidade que têm os indivíduos de interagirem uns com os outros

---

<sup>46</sup> Campbell 2004.

e com o próprio meio onde se situam, bem como de retomar experiências vividas por um grupo. Numa triangulação desses termos com o processo de formação, com sua estrutura lexical, é possível identificar evidências que revelam as movências dos povos e, conseqüentemente, de suas línguas, nos diversos territórios.

Além disso, a diversidade etimológica dos topônimos atesta a diversidade cultural e linguística quanto a uma etnicidade indígena e latina dos povos, entretanto não o faz devidamente em relação aos povos africanos, tendo em vista o fato de o Maranhão possuir grande maioria de sua população de origem negra e uma quantidade pouco representativa de topônimos de origem desses povos.

Levando-se em conta o que foi discutido, fica evidenciado que por meio das inter-relações ecossistêmicas homem, língua e ambiente é possível perceber as movências do homem, transpondo suas origens e seu espaço territorial natural e que a língua confirma essas mobilidades homem-território. Sendo assim, o léxico desempenha papel instituidor e de registro dessa diversidade e os topônimos maranhenses, em sua estrutura pluriétnica, são termos resultantes de processos migratórios internos e externos, bem como verdadeiros testemunhos de representação histórica, memorística e cultural.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Associação Carlo Ubbiali 2004      Associação Carlo Ubbiali, *Os índios do Maranhão. O Maranhão dos índios*, São Luís, Instituto Ekos, 2004.
- Baldinger 1966      K. Baldinger, “Semasiologia e onomasiologia”, *Alfa* 9 (1966), 7-36. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/279680456\\_Semasiologia\\_e\\_onomasiologia](https://www.researchgate.net/publication/279680456_Semasiologia_e_onomasiologia). Acesso em dezembro de 2020 (“Sémasiologie et onomasiologie”, *Revue de Linguistique Romane* 28, 1964).
- Bíblia Sagrada 1982      Bíblia Sagrada, *A. T. Gênesis*, in *Bíblia Sagrada. 34*, São Paulo, Ave Maria, 1982.
- Boschi 2002      C.C. Boschi, *Catálogo dos manuscritos avulsos relativos ao Maranhão existentes no Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa*, São Luís, FUNCMA/AML, 2002.
- Brito 1960      R.S. de Brito, *Agricultores e pescadores portugueses na cidade do Rio de Janeiro. Estudo comparativo*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1960.

- Cabral 1992 M. do S.C. Cabral, *Caminhos do Gado. Conquista e ocupação do Sul do Maranhão*, São Luís, SIOGE, 1992.
- Campbell 2004 L. Campbell, *Historical Linguistics: An Introduction*, Cambridge, The MIT Press, 2004.
- Castro 2012 M.C.D. de Castro, *Maranhão. Sua toponímia, sua história*, Goiânia, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, 2012 (Diss.).
- Castro - Santos 2018 M.C.D. de Castro - G.B. dos Santos Maranhense, “E Por Que Não Timbira? Os adjetivos pátrios e gentílicos à luz da ecolinguística”, *Revista de Letras* 37, 2 (2018), 227-240.
- Couto 2007 H.H. do Couto, *Ecolinguística. Estudo das relações entre língua e meio ambiente*, Brasília, Thesaurus, 2007.
- Couto 2016a H.H. do Couto, “Linguística ecossistêmica”, in H.H. do Couto - E.K. Nakayama do Couto - G.P. de Araújo - D. Borges de Albuquerque (Orgs.), *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem. Ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*, Goiânia, UFG, 2016.
- Couto 2016b H.H. do Couto, “Comunidade de Fala Revisitada”, *Ecolinguística. Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem* 2, 2 (2016), 49-72.
- Dick 1980 M.V. do A. Dick, *Motivação toponímia. Princípios teóricos e modelos taxionômicos*, São Paulo, FFL/USP, 1980 (Diss.).
- Dick 1990 M.V. do A. Dick, *A motivação toponímica e a realidade brasileira*, São Paulo, Arquivo do Estado, 1990.
- Dick 1992 M.V. do A. Dick, *Toponímia e antroponímia no Brasil. Coletânea de estudos*, São Paulo, FFL/USP, 1992.
- Goody 1995 A.S. Goody, “Pesquisa qualitativa. Tipos fundamentais”, *Revista de Administração de Empresas* 3, 35 (1995), 20-29.
- Le Goff 2003 J. Le Goff, *História e memória*, São Paulo, Editora da Unicamp, 2003 (*Histoire et mémoire*, Gallimard, 1988).
- Machado 2003 J.P. Machado, *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, voll. I-III, São Paulo, Confluência, 2003.
- Marr 1975 N.S. Marr, “Aktuelle Probleme und die wichtigsten Aufgaben der japhetischen Theorie”, in W. Girke - H. Jachnow (Hg.), *Sprache und Gesellschaft in der Sowjetunion*, München, Wilhelm Fink Verlag, 1975, 17-25.

- Meireles 2009 M.C. Meireles, “As conexões do Maranhão com a África no tráfico atlântico de escravos na segunda metade do século XVIII”, *Outros Tempos* 8, 6 (2009), 130-145.
- Mufwene 2001 S. Mufwene, *The Ecology of Language Evolution*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001.
- Mühlhäusler 2003 P. Mühlhäusler, *Language of Environment – Environment of Language: A Course in Ecolinguistics*, London, Batt- lebridge, 2003.
- Nora 1993 P. Nora, “Entre memória e história. A problemática dos lugares”, *Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Departamento de História – Projeto História 10*, São Paulo (1993), 7-28.
- Platão 1973 Platão, *Os diálogos de Platão*, vol. IX: *Teeteto, Crátilo*, tradução de C.A. Nunes, Belém, EFP, 1973.
- Rodrigues 1986 A.D. Rodrigues, *Línguas brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*, São Paulo, Loyola, 1986.
- Silva Neto 1963 S. da Silva Neto, *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, INL/MEC, 1963.
- Silveira - Córdova 2009 D.T. Silveira - F.P. Córdova, “A pesquisa científica”, in T.E. Gerhardt - D.T. Silveira (Orgs.), *Métodos de pesquisa*, Porto Alegre, UFRGS, 2009, 31-42. Disponível em <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em 01 de novembro 2019.
- Thomason - Kaufman 1988 S. Thomason - T. Kaufman, *Language Contact, Creolization, and Genetic Linguistics*, Berkeley, University of California Press, 1988.
- Varnhagen 1978 F.A. de Varnhagen, *História Geral do Brasil. Antes da sua separação e independência de Portugal*, voll. I-III, São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1978 (1854).
- Weinreich 1974 U. Weinreich, *Languages in Contact: Findings and Problems*, Haia, Mouton, 1974 (Weinreich, 1953).

